



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

LEI COMPLEMENTAR Nº 036/95, 15 de Novembro de 2005.

"Dispõe sobre o Código Sanitário Municipal de Chapadão do Sul - MS e dá outras providências".

O **Preleito Municipal** DE Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a **Câmara Municipal** aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte **LEI COMPLEMENTAR**:

CÓDIGO SANITÁRIO MUNICIPAL

Título I

Capítulo I **Das Objetivos**

Art. 1º - Esta Lei Complementar institui o Código Sanitário do Município de Chapadão do Sul.

Capítulo II **Do Município no Sistema Estadual de Saúde**

Art. 2º - A direção municipal da Secretaria de Saúde, compete:

- I - planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde;
- II - participar do planejamento, programação e organização da rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único de Saúde - SUS, em articulação com sua direção estadual;
- III - participar da execução, controle e avaliação das ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho;
- IV - executar serviços:
 - a) de vigilância epidemiológica;
 - b) de vigilância sanitária;
 - c) de vigilância ambiental em saúde;
 - d) de alimentação e nutrição;
 - e) de saúde de trabalhadores.

V - dar execução no âmbito municipal à política de saúde para saúde, nos pontos de Unidades Básicas e PSFs;

VI - colaborar na fiscalização das agências no meio ambiente, que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar junto aos órgãos municipais, estaduais, e federais competentes, para controlá-las, criar a vigilância ambiental em saúde;

VII - manter convênios administrativos intermunicipais;

VIII - gerir laboratórios públicos de saúde e hemocentros;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

IX - colaborar com a União e os estados na execução da vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras;

X - controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde;

XI - normalizar completamente os ações e serviços públicos de saúde no seu âmbito de atuação.

Título II **Da Atenção à Saúde**

Capítulo I **Das Atividades Básicas de Saúde**

Art. 3º - As atividades de saúde serão orientadas em ordem de complexidade crescente, a partir das mais simples, perfiladas e executadas pelas unidades das redes de serviços básicos de saúde, até as mais complexas, a cargo das unidades e serviços especializados de saúde pública.

Capítulo II **Da Atenção à Saúde da Mulher**

Art. 4º - A atenção a ser seguida pela Secretaria Municipal de Saúde para efeito da disposto neste artigo, deverá basear-se nas diretrizes da política nacional de saúde, e nas recomendações e normas técnicas emanadas dos órgãos federais e estaduais competentes.

Art. 5º - As instituições destinadas à prestação de serviços proteção, proteção e recuperação da saúde da mulher, somente poderão funcionar quando estiverem equipadas dentro nas normas e instruções vigentes e devidamente licenciadas pelo órgão competente de saúde.

Capítulo III **Maternidade, Infância e Adolescência**

Art. 6º - A autoridade Municipal de Saúde promoverá de modo sistemático e permanente, a assistência à saúde da população no que se refere à maternidade, à infância e à adolescência diretamente através de seus órgãos competentes, ou indiretamente mediante ações com outras entidades públicas ou privadas.

Art. 7º - O órgão competente da Secretaria Municipal de Saúde orientará a organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência coordenando as iniciativas nesse sentido e estimulará a criação e o desenvolvimento de instituições públicas e privadas que, de qualquer modo, visem aos objetivos, oferecendo assistência técnica, material e financeira.

Art. 8º - As competências técnicas da Secretaria Municipal de Saúde de instituições públicas e privadas de proteção, serão prestadas mediante a elaboração de planos de organização e direção, de normas e padrões de funcionamento de serviços.

Capítulo IV **Saúde Mental**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 9º - A Secretaria Municipal de Saúde coordenará a execução das iniciativas no campo da saúde visando à prevenção e tratamento dos transtornos mentais e reabilitação social dos pacientes através de sua rede de serviços, ou regime de coordenação com órgãos e entidades oficiais e particulares.

Art. 10º - É vedada a punição sem habilitação legal para o exercício da profissão, a prática de técnicas capazes de influenciar o estado mental de indivíduos ou da coletividade ainda que com finalidade de proteção ou de recuperação da saúde.

Art. 11º - A profilaxia das zoonoses, bem como tratamento e reabilitação dos toxocôsmos, devem obedecer à legislação específica vigente.

Art. 12º - Os serviços psiquiátricos dos estabelecimentos possuam todos por objetivo a assistência médica, sob guarda dos recursos que apresentarem distúrbios mentais sendo por diagnóstico, também, porque medidas preventivas na área de psiquiatria aos demais recursos.

Capítulo V

Atos de Vigilância Epidemiológica

Art. 13º - As ações de vigilância epidemiológica compreendem as informações, investigações, levantamento, inquéritos, estudos e pesquisas necessárias à programação e à avaliação das medidas de controle de doenças e de situações de agravos à saúde.

Capítulo VI

Notificação Compulsória de Doenças

Art. 14º - Para os efeitos desta Lei e de suas Normas Técnicas e Especiais, entende-se por notificação compulsória de doenças a comunicação à autoridade sanitária, dos casos e óbitos suspeitos e confirmados das doenças classificadas no artigo seguinte.

Art. 15º - São de notificação compulsória às autoridades sanitárias os casos suspeitos ou confirmados de:

I - doenças que possam requerer medidas de isolamento ou quarentena, de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional;

II - doenças constantes de relação elaborada pela autoridade Municipal de Saúde, e ser atualizada periodicamente, obedecendo à legislação federal;

III - as contaminações provocadas por agentes físicos químicos e biológicos, causadas por ocorrências localizadas ou abrangentes.

Art. 16º - A notificação compulsória dos casos de doenças contagiosas tem caráter sigiloso, obrigando, neste sentido os notificantes e as autoridades sanitárias que tenham sigilo.

Art. 17º - São obrigados a fazer notificação à autoridade sanitária de casos suspeitos ou confirmados de doenças relacionadas na lista de notificação compulsória, médicos e outros profissionais de saúde, os responsáveis por organizações e estabelecimentos públicos e particulares de saúde, de ensino, os responsáveis pelos meios de transporte onde tenha estado o paciente requerendo o disposto no artigo 15.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Capítulo VII Investigação Epidemiológica

Art. 18 - Para efeito desta lei, entende-se por Investigação Epidemiológica o conjunto de ações destinadas a descobrir, a partir dos casos notificados a fonte de infecção, as vias de transmissão, os mecanismos, outros possíveis casos e os métodos de modo a permitir a aplicação de medidas adequadas de profilaxia.

Art. 19 - Para efeito de notificação, a autoridade sanitária é obrigada a proceder à investigação epidemiológica pertinente para elucidação do diagnóstico e investigação da disseminação da doença na população sob risco.

§ 1º - A autoridade sanitária poderá exigir e executar investigações, inquéritos e levantamentos epidemiológicos junto a indivíduos e a grupos populacionais determinados sempre que julgar oportuno, visando à proteção da saúde pública.

§ 2º - Quando houver indícios de contaminação, a autoridade sanitária poderá exigir provas microbiológicas e coleta de material para exame de laboratório.

Art. 20 - Em decorrência dos resultados, parciais ou finais, das investigações dos inquéritos ou levantamentos epidemiológicos, de que trata o artigo anterior e seus parágrafos, a autoridade sanitária fica obrigada a adotar, prontamente as medidas de profilaxia indicadas para controle da doença ou que concerne a indivíduos, grupos populacionais e ambientes.

Art. 21 - As inscrições sobre o processo de investigação epidemiológica em cada doença constarão de Normas Técnicas Especiais.

Capítulo VIII Medidas em Caso de Epidemias

Art. 22 - Para efeito desta Lei entende-se por epidemia a ocorrência numa coletividade, ou região, de casos de uma determinada moléstia em número que ultrapasse significativamente a incidência normalmente esperada.

Art. 23 - Havendo suspeita de epidemia em uma localidade a autoridade sanitária local deverá investigar:

- I - confirmar os casos clinicamente e por meio de provas laboratoriais;
- II - verificar se a incidência atual da moléstia é significativamente maior que a habitual;
- III - comunicar a incidência ao seu chefe imediato;
- IV - adotar as primeiras medidas de profilaxia indicadas.

Art. 24 - Na incidência ou vigência de epidemia poderá ser providenciado o fechamento total ou parcial de estabelecimentos, como de reunião ou diverso, acionar a qualquer localidade aberta ao público, durante o tempo julgado necessário pela autoridade sanitária.

4



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 25 - Insuportados os meios de persuasão, a autoridade sanitária solicitará a colaboração do agente policial local ou regional para a execução de medidas referentes à profilaxia de doenças.

Título III

Das Doenças Transmissíveis

Art. 26 - Para efeito desta lei, entende-se por doenças transmissíveis aquela que é causada por agentes animais ou por seus produtos tóxicos ou causada por agentes físicos como radioatividade, agentes químicos como agrotóxicos, dentre outros, capazes de serem transferidos, direta ou indiretamente, de uma pessoa, de animal, de vegetal, do ar, do solo ou da água para organismos de outra pessoa ou animal.

Art. 27 - É dever da autoridade sanitária monitorar e, caso necessário, as medidas que visem à preservação, prevenção e recuperação da saúde e impor a discriminação das doenças transmissíveis.

Capítulo I

Medidas de Profilaxia das Doenças Transmissíveis

Art. 28 - A profilaxia das doenças transmissíveis baseia-se nas medidas que visam:

- I - suprimir ou dificultar o risco à infectividade representado pelos indivíduos e animais infectados;
- II - interromper ou dificultar a transmissão;
- III - proteger constantemente os suscetíveis.

Art. 29 - A autoridade sanitária poderá exigir e executar, de acordo com a doença, uma ou mais das seguintes medidas de profilaxia, tratamento, isolamento, desinfecção, quarentena, vigilância sanitária, quimioprofilaxia e vacinação.

Parágrafo Único - Periodicamente, a Autoridade Municipal de Saúde baixará Normas Técnicas Especiais disciplinando a aplicação dessas medidas.

Art. 30 - Para os efeitos desta lei, ao que diz respeito à profilaxia das doenças transmissíveis, entende-se por tratamento, o de recursos terapêuticos destinados a impedir que o doente continue transmitindo a molécula.

Art. 31 - Para o efeito desta lei, entende-se por isolamento, a separação de indivíduos afetados por doenças transmissíveis e, eventualmente, portadores de agentes infectantes, em locais adequados, de modo a evitar que suscetíveis venham a ser atingidos direta ou indiretamente pelo agente patogênico.

Art. 32 - O isolamento domiciliário estará sujeito à vigilância direta da autoridade sanitária, a fim de garantir a execução das medidas profiláticas necessárias e o tratamento clínico que poderá ter a cargo de médico de livre escolha do doente.

Art. 33 - Para efeito desta lei entende-se por quarentena a restrição da liberdade de locomoção e o controle médico permanente dos indivíduos provenientes de área onde a



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

modelos de cura definidos ou epidemiológicos, por intervalos de tempo ou períodos máximos de incubação de doenças.

Art. 34 – Para efeito desta lei, entende-se por sigiloso qualquer e qualquer comunicação e dos indivíduos procedentes de áreas onde a polícia oculta qualquer informação por interesse de segurança nacional ou segurança pública de indivíduos da família.

Art. 15 – Os comunicandos e os indivíduos que de qualquer modo se expuserem ao risco de contrair uma doença transmissível deverão ser protegidos por meio de vacinas, soro ou sua derivado, antibióticos, quimioterápicos ou outros agentes antimicrobianos adequados, sempre que houver indicação.

Chapter 11

Art. 24.— A Secretaria de Saúde exercerá a execução e coordenação das atividades de prevenção, controle e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, compreendendo, entre outras, sífilis, gonorréia, cancro-bulo, linfogranuloma venéreo, clamídias, Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA) e AIDS.

Parágrafo Único — O programa a que se refere este artigo incluirá também, dada a sua interesse para a saúde pública, quando transmitida por canal sexual como: a trichomoníase, a Síndrome do Reiter, herpes genital, a pediculose pubiana, e molusco contagioso, as verrugas e verrucositas não cancerígenas e a condiloma acuminado.

Art. 3º – A Secretaria de Saúde adotará as Normas Técnicas Operacionais pertinentes e estabelecerá medidas de vigilância epidemiológica dos doentes e suspeitos, com o objetivo de evitar a ocorrência de doenças sexualmente transmissíveis.

Art. 39 - O tratamento de doenças sexualmente transmissíveis é obrigatório, e a transmissão intencional de doenças constitui crime contra a saúde pública previsto no código penal.

Art. 20 - A Secretaria de Saúde deverá promover amplas campanhas de esclarecimento junto à população acerca dos métodos profiláticos e terapêuticos das doenças sexualmente transmissíveis.

1000

Art. 40 - A Secretaria de Saúde se compromete no desenvolvimento de atividades de sua competência, travando e coordenando atuação das ações correspondentes, relacionadas com a prevenção, promoção, diagnóstico, e tratamento dos casos de tuberculose no município.

Parágrafo único – Para fiel cumprimento, do disposto neste artigo, o Estado de São Paulo adotará as Normas Técnicas e Operacionais pertinentes, procurando integrar as ações de diagnóstico, prevenção e tratamento da tuberculose, aos serviços de saúde e demais entidades comunitárias existentes e contribuindo, da possibilidade, com o objetivo de reduzir a mortalidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

mortalidade, e mediante emprego dos conhecimentos técnicos e científicos e dos recursos disponíveis e disponíveis.

Capítulo IV

Humanidade

Art. 40 - A Secretaria de Saúde se compromete no desenvolvimento das atividades de sua competência, observando e coordenando a execução das ações de diagnóstico, prevenção e tratamento da doença, dos serviços de saúde e demais unidades intervenientes, estimulando a participação da comunidade, com o objetivo de reduzir a mortalidade, mediante emprego dos conhecimentos técnicos e científicos e dos recursos disponíveis e disponíveis.

Art. 42 - O controle da humanidade, além da redução da mortalidade e da prevalência, tem por objetivo promover as incapacidades, preservando a unidade familiar e a participação profissional em atividade consistente com as condições físicas do doente.

Art. 43 - Os estudos e pesquisas culturais serão realizados visando à identificação de preconceitos culturais e sociais que dificultem a transmissão do doente na sociedade e a identificação de medidas necessárias à redução de atitudes segregacionistas.

Capítulo V

Da Recuperação da Saúde e da Assistência Médica-Hospitalar

Art. 44 - Para fins desta Lei é de considerar-se assistência médica-hospitalar aquela prestada nos estabelecimentos definidos no artigo seguinte, e destinada principalmente a promover ou proteger a saúde da população, diagnosticar e tratar precocemente os indivíduos das doenças que o acometem, limitar os danos por elas causados, e substituir quando as suas capacidades físicas, psíquicas ou sociais forem afetadas.

Art. 45 - A assistência médica-hospitalar é prestada nos seguintes estabelecimentos:

- I - estabelecimentos de assistência médica ambulatorial exclusiva;
- II - estabelecimentos de assistência médica de urgência providos de leitos para repouso ou observação, com limitações de tempo e de permanência;
- III - estabelecimentos de assistência médico-hospitalar, com leitos em regime de internação, e sem limitação de tempo e permanência;
- IV - estabelecimentos de assistência médica-ambulatorial nas Unidades Básicas, PSFs e municípios.

Capítulo VI

Vacinação de Caráter Obrigatório

Art. 46 - É dever de toda cidade aderente-se à vacinação obrigatória, assim como os municípios sob a sua guarda ou responsabilidade.

Art. 47 - Anualmente, para o pagamento do salário-família será expulso da população a comprovação de que seus beneficiários receberam as vacinas obrigatórias na forma do Decreto-Federal nº 78.231, de 12 de agosto de 1976, e legislação subsequentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 48 – Toda pessoa vacinada tem o direito de exigir o correspondente atestado comprovando da vacina obrigatória recebida, a fim de satisfazer exigências legais ou regulamentares, ter a carteira de saúde.

Parágrafo Único – Em situações excepcionais, a autoridade sanitária poderá dispensar a emissão do atestado.

Art. 49 – As vacinas obrigatórias a uma respectivas atestados serão gratuitos, inclusive quando ministrados por profissionais em suas clínicas ou consultórios, ou por estabelecimentos privados de prestação de serviço de saúde.

Art. 50 – Os atestados de vacina obrigatória não poderão ser retidos, sob qualquer motivo, por pessoa natural ou jurídica.

Título IV

Do Sacramento

Art. 51 – A Secretaria Municipal de Saúde, em articulação com os órgãos e entidades competentes federais e estaduais, observará e fará observar as normas legais, regulamentares e técnicas, sobre o sacramento do voto urbano e rural, sob preceito da legislação municipal.

Parágrafo Único – Fica expressa a orientação à fiscalização da autoridade sanitária competente, os serviços de sacramento urbano e rural, abrangendo o isolamento e o abastecimento de água, bem como o do transporte de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, inclusive aqueles serviços explorados por entidades autárquicas estaduais ou municipais.

Capítulo I

Das Águas e Seu Uso, do Poder de Potabilidade

Art. 52 – As instituições das administrações públicas ou privadas, bem como as fundações responsáveis pela operação dos sistemas de abastecimento público de água, deverão adotar as Normas e Padrões de Potabilidade de água, estabelecidas pelo Ministério da Saúde e pelo órgão ambiental competente.

Art. 53 – A fiscalização, o controle do exato cumprimento das normas referidas no artigo anterior serão exercidas pelos órgãos de Saúde do Estado e do Município, em articulação com o Ministério da Saúde.

Parágrafo Único – É competência da Secretaria Municipal de Saúde ainda da vigilância sanitária, fazer o controle, monitoramento e vigilância da qualidade da água dos sistemas de abastecimento, soluções alternativas coletivas e individuais do município, de acordo com a Lei e portarias vigentes estabelecidas pela FUNASA, e ANVISA.

Art. 54 – Os órgãos e entidades observando e fará observar as normas técnicas sobre proteção de mananciais, dos serviços de abastecimento público de água destinada ao consumo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 85 - As instalações e os respectivos estabelecimentos públicos ou privados que abastecem de água direta ou indiretamente, meios de transporte para uso de pessoas em trânsito interestaduais, internacionais ou em estações humanas temporárias, ficarão sujeitos ao controle das autoridades sanitárias competentes.

Art. 86 - É obrigatória a ligação de toda construção considerada habitável à rede pública de abastecimento de água, na forma prevista da legislação federal e estadual e demais normas complementares.

§ 1º - Quando não existir rede pública de abastecimento de água, fica o proprietário responsável pela adoção de processos adequados, observadas as determinações estabelecidas pela Secretaria de Saúde e, em casos especiais, a autoridade sanitária indicará as medidas adequadas a serem executadas.

§ 2º - É obrigatório do proprietário do imóvel, a manutenção de adequadas instalações destinadas de abastecimento de água potável, incluindo ao ocupante do imóvel a necessária conservação.

Art. 87 - As águas residuais de qualquer natureza, quando por suas características físicas, químicas ou biológicas alterem prejudicialmente a composição das águas receptoras, deverão sofrer prévio tratamento.

Parágrafo Único - O lançamento de águas residuais de qualquer natureza em águas receptoras ou áreas territoriais, somente será permitido quando não prejudicial à saúde e ao meio ambiente, sendo proibida o lançamento de águas residuais no sistema de captação de água potável.

Art. 88 - É proibido o uso de águas contaminadas em hortas, pomares e áreas de irrigação.

Art. 89 - Compete aos órgãos e entidades responsáveis pelos sistemas públicos de abastecimento de água o projeto de abastecimento de água, projeto de instalação, operação, manutenção e conservação do sistema e mais:

I - é obrigatório a doação de água no sistema de abastecimento da rede pública, de acordo com as normas técnicas exigidas pela Portaria Federal 1469/2000, ou outra que vier a substituí-la.

II - fica a cargo do município ou do responsável pelo sistema de abastecimento de água a fazer a fluoração da água, segundo as normas técnicas exigidas pela portaria vigente, para controle e vigilância da água.

Art. 90 - O Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano - conjunto de ações, exercidas de forma contínua pela autoridade sanitária competente e pelos responsáveis pela operação do sistema de abastecimento de água, destinadas a verificar se a água fornecida à população é potável, assegurando a manutenção desta condição.

Art. 91 - A Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano - conjunto de ações exercidas continuamente pela autoridade sanitária competente para verificar se a água consumida pela população atende a estas normas para avaliar os riscos que os sistemas e as soluções alternativas de abastecimento de água representam para saúde humana.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Capítulo III

Das Escolas e do Ensino Fundamental

Das Escolas

Art. 42 - Com o objetivo de reduzir a contaminação do meio ambiente, serão instalados, pela Poder Público e municipal, diretamente ou em regime de acordo com os órgãos federais competentes, sistemas de esgotos sanitários nas zonas urbanas.

Art. 43 - Deverá ser dado destino adequado aos dejetos humanos oriundos de sistemas de esgotos, ou de sistemas alternativos tecnicamente aprovados, com o objetivo de evitar danos ao meio ambiente, ao águas de abastecimento, aos alimentos, poluição do solo e proporcionando ao mesmo tempo hábitos de higiene.

Art. 44 - Os esgotos sanitários nas edificações, de qualquer natureza, normalmente das localizadas nas zonas urbanas deverão ter a sua ligação à rede pública de coleta dos esgotos.

§ 1º - Quando não existir rede coletiva de esgotos, deverá ser instalado sistema de fossos sanitários segundo modelo aprovado pela secretaria de obras do município. As fossas sanitárias das estabelecimentos de saúde (clínicas, consultórios, hospitais, laboratórios, postos de saúde, farmácias e drogarias) é obrigatório ter um sistema de captação e tratamento de fossos.

§ 2º - Fica proibida qualquer ligação da rede de esgoto com a rede de captação de água pluvial.

Art. 45 - Nas zonas rurais deverão ser instalados sistemas de fossos ou privadas sanitárias, segundo modelos aprovados, objetivando evitar a contaminação do meio pelos dejetos humanos, promover a educação sanitária e a criação de hábitos higiênicos.

Parágrafo Único - Os dejetos dos animais criados em regime semi-intensivo ou intensivo, deverão receber destino adequado, objetivando evitar a contaminação do meio ambiente.

Art. 46 - A drenagem do solo, como medida de saneamento do meio, será orientada pelos órgãos federais competentes de Saúde e do Meio Ambiente.

Capítulo III

Do Lixo ou Resíduos Sólidos

Art. 47 - A Secretaria Municipal de Saúde em articulação com os demais órgãos estaduais e federais competentes, adotará as medidas ao seu alcance para reduzir ou impedir os casos de agresse à saúde humana provocados pela produção-manipulação do lixo ou resíduos urbanos e resíduos de serviços de saúde, observando a legislação pertinente, a eles aplicável.

Art. 48 - Para os efeitos deste artigo considera-se lixo ou resíduos urbanos, todos e quaisquer resíduos que resultem das atividades diárias do homem na sociedade. Estes resíduos compõem-se basicamente de restos de alimentos, papéis, trapos, ossos, madeiras,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

litas, vidros, lamas, gases, vapores, poeiras, e outros subprodutos descartados pelo homem no meio ambiente.

Art. 48 – Considera-se lixo os resíduos de serviços de saúde perigosos ou infecciosos – São os resíduos dos serviços que possuem diretamente a saúde humana ou animal incluindo os prestadores de serviços como: hospitais, clínicas médicas, odontológicas, serviços ambulatoriais, serviços veterinários, laboratórios, serviços radiológicos, serviços de hemoterapia, farmácia drogarias, necrotérios, cemitério municipal e demais serviços relacionados ao atendimento à saúde que gerem resíduos perigosos, que por sua quantidade, concentração, estado físico, e características biológicas sejam infectantes, perfurantes, radioativos, tóxicos, inflamáveis, explosivos, reativos, mutagênicos e possam:

a) apresentar risco potencial para saúde ou ao meio ambiente, quando imprópriamente tratados, armazenados, transportados, transformados, ou se forem manipulados ou jogados fora inadequadamente;

b) causar ou contribuir de forma significativa para aumentar a mortalidade ou incrementar doenças incapacitantes relacionadas ao lixo urbano;

c) deve receber tratamento ou acondicionamento adequado no próprio local de produção, como determina a norma técnica envolvida.

Art. 49 – A autoridade sanitária deverá participar da determinação de:

- a) lixo para destino final do lixo urbano;
- b) lixo de varreduras;
- c) resíduos de construção;
- d) resíduos de poda de árvores;
- e) resíduos sólidos de saúde.

Art. 51 – A autoridade sanitária observada nas competências, deverá aprovar normas técnicas em projetos de manipulação dos Resíduos Sólidos de Saúde, conforme a Resolução da ANVISA nº 306, de 07/12/94, ou outra que venha substituí-la, facilitando a sua execução, operação e manutenção, de acordo com legislação pertinente.

Art. 52 – A autoridade sanitária competente deverá estimular a realização de projetos de manipulação do lixo, sensibilizando as autoridades municipais, para construção de um Plano Sanitário de modo de evitar riscos à saúde e a segurança da população, minimizando os impactos ambientais.

Capítulo IV Do Meio Ambiente

Art. 53 – A Secretaria Municipal de Saúde juntamente com Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, em articulação com os órgãos Ambientais Estaduais e Federais competentes, atuarão os meios ao seu alcance para reduzir ou impedir os casos de agravos à saúde humana provenientes pelas alterações do ambiente, em virtudes de fenômenos naturais, de agentes químicos ou pela ação destrutiva do homem, observada a legislação pertinente, bem como as normas e recomendações técnicas aprovadas pelos respectivos órgãos competentes.

Art. 54 – Cabe ao Poder Público, observada as normas gerais de âmbito federal:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

I - limitar a manter na zona de uso estritamente industrial (ZUPI), as predominantemente industrial (ZPI) e nas de uso diversificados, serviços permanentes de segurança e prevenção de acidentes que afetem a saúde humana;

II - fiscalizar, no âmbito da saúde, nas zonas de uso estritamente e predominantemente industrial o cumprimento das padões e normas de proteção ambiental à saúde;

III - conservar as variedades e a integridade genética socio-econômica, no âmbito municipal, bem como controlar as entidades dedicadas à pesquisa científica;

Art. 75 - As ações de saúde referentes ao ambiente, além de estimular a ação conjunta entre órgãos afins nas três esferas de poder, tem a Secretaria Municipal de Meio Ambiente como órgão consultor e tem por objetivos:

I - Assegurar condições de desenvolvimento adequado à saúde nas atividades básicas do homem: habitação, circulação, recreação e trabalho;

II - Promover melhoria, manutenção e controle da qualidade do ambiente, não incluindo o do trabalho, garantindo condições de saúde, conforto, higiene, salubridade, segurança e bem estar individual e coletivo;

III - Intervir diretamente no uso e na ocupação do solo para manutenção do equilíbrio ecológico;

a) a preservação do direito coletivo ao ambiente saudável e equilibrado, em relação ao direito individual;

b) o planejamento, monitoramento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

c) proteção aos ecossistemas, incluindo suas áreas e espécies representativas;

d) o licenciamento, controle e eliminação das atividades potencialmente ou efetivamente poluidoras;

e) a recuperação das áreas degradadas e proteção das áreas ameaçadas de degradação ambiental, como os rios e suas nascentes;

f) a racionalização do uso do solo, água, flora, ar e subsolo;

g) o incentivo ao estudo, pesquisa e emprego de tecnologias orientadas para uso racional e proteção dos recursos ambientais e da saúde;

h) os programas de educação do meio ambiente específica voltada para a população, levantando as situações de risco, agravos à sociedade e má utilização de recursos naturais ou artificiais;

i) normas e padrões em cooperação com órgãos afins, de proteção e melhoria da qualidade ambiental e da saúde, dentro de sua competência;

j) prévio parecer técnico sobre a implantação, ou licenciamento e o controle de empreendimentos e atividades que interferem na qualidade do ambiente e da saúde;

k) a definição de áreas de atuação e programas no qual a ação do Executivo deve ser prioritária;

l) criação de uma Lei Ambiental Municipal e da Vigilância Ambiental em Saúde;

Art. 76 - Em qualquer área ou terreno, assim como ao longo ou no leito de rios, canais, córregos, lagos e depressões, bueiros, valotas de esgoto sanitário, poços de rios e outros pontos de encontro de água pluvial, é proibido depositar, eliminar ou lançar resíduos de quaisquer espécies;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 77 – Os responsáveis por imóveis não edificados, mesmo aqueles vendidos, morados, devem mantê-los limpos, regados e capados, na forma e sob as condições previstas neste Código.

Art. 78 – A limpeza das áreas, ruas internas, estradas de serviços dos agrupamentos e edificações constitui obrigação dos proprietários e usuários que devem solicitar os serviços recolhidos em pontos de coleta que facilitem a remoção pela Municipalidade, ou a quem esta delegar, observando determinações articuladas neste Código.

Título V

Saneamento das Edificações

Art. 79 – A autoridade sanitária competente poderá determinar correções ou reformas bem como exigir informações, complementações, esclarecimentos e documentos, sempre que necessário ao cumprimento das disposições desta Lei.

Capítulo I

Habitacões Unifamiliares – CASAS

Art. 80 – Toda habitação deverá dispor de pelo menos um dormitório, uma cozinha, uma instalação sanitária e uma área de serviço.

Art. 81 – As cozinhas terão paredes, até 1,5m de altura no mínimo e as pisos revestidos de material liso, resistentes à umidade, não se comunicando diretamente com dormitórios ou compartimentos providos de banis sanitários.

Art. 82 – Em toda habitação deverá haver pelo menos um compartimento provido de banis sanitário, lavatório e chuveiro.

Art. 83 – Os pisos e paredes dos demais compartimentos serão revestidos com materiais adequados ao fim a que se destinam.

Capítulo II

Habitacões Multifamiliares – Edifícios de Apartamentos

Art. 84 – As normas gerais referentes às edificações específicas, são aplicadas aos edifícios de apartamentos, no que couber, além das disposições contidas neste Capítulo.

Art. 85 – Nos edifícios de apartamentos deverão existir locais de guarda para lixo e compartimentos para seu depósito com capacidade suficiente para 24 (vinte e quatro) horas, no mínimo, desde para depósito de lixo.

Art. 86 – Nos prédios de apartamentos não será permitido depositar materiais ou executar atividades que pela sua natureza representem perigo ou que sejam prejudiciais à saúde e ao bem estar dos moradores e vizinhos.

Capítulo III

Habitacões Coletivas: Hotéis, Motéis, Casas de Pousada,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Hospedarias, Asilos, Albergues e Estabelecimentos Congêneros

Art. 87 - Os estabelecimentos de que trata esta Capítulo, estão sujeitos à vistoria pela autoridade competente, para liberação do Alvará Sanitário, observadas as exigências da legislação e segurança contidas nas normas sanitárias.

Art. 88 - As edificações e instalações destes estabelecimentos deverão ter áreas separadas para recepção, sala, dormitório, cozinha, lavanderia e depósito para roupas sujas e limpas, nas seguintes condições:

- a) devem possuir piso de superfícies lisas, impermeáveis e laváveis;
- b) as instalações sanitárias devem ter piso e paredes de superfícies lisas, impermeáveis e laváveis;
- c) possuir lavanderia com máquinas de lavar, tanques e tor e esgotoamento da água dentro das normas exigidas por lei.

Art. 89 - Os locais destinados ao armazenamento, preparo, manipulação e consumo de alimentos deverão atender as exigências para estabelecimentos comerciais de alimentos, na que aplicáveis.

Art. 90 - Para obrigatório esses estabelecimentos fazer a limpeza e desinfecção diária, nos dormitórios, sanitários e cozinhas, a fim de se evitar a contaminação e transmissão de doenças (baseado na Lei nº 3074).

Art. 91 - Para obrigatório esses estabelecimentos, lavar e desinfetar diariamente as roupas de cama, toalhas usadas pelas hospedes, a fim de se evitar contaminação e transmissão de doenças (baseado na Lei nº 3074).

Art. 92 - Os Asilos e Casas de Recuperação quando tiverem mais de 20 leitos, deverão ter nos locais quarenta para doentes e pessoas com sintomas físicos, psicológicos e odontológicos.

Capítulo IV

Edificações destinadas ao Fim - ESCOLAS

Art. 93 - Estes estabelecimentos estão sujeitos à vistoria da autoridade sanitária, e devem seguir as Normas Técnicas exigidas por Lei para suas edificações.

Art. 94 - As escolas para funcionamento deverão ter as seguintes exigências:

- a) as instalações sanitárias devem ser separadas por sexo, e ter as paredes e pisos azulejados;
- b) as escolas devem possuir corrente, degraus, pisos antiderrapantes e rampas para deficientes físicos;
- c) devem ter bebedouros de jato inclinado na proporção de 01 para cada 100 alunos;
- d) as salas de aula devem ter boa luminosidade e ventilação;
- e) devem possuir área de lazer e recreação;
- f) as salas de aula para recreação infantil, devem ser trocadas a cada seis meses (evitar contaminação).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 95 – Os locais destinados a preparação, manipulação e distribuição de alimentos, deverão satisfazer as exigências para os estabelecimentos de alimentos, no que forem aplicáveis.

Capítulo V

Locais de Residência, Esportivos, Recreativos, Sociais, Culturais e Religiosos

Art. 96 – Nenhuma piscina poderá ser construída ou funcionar, sem que atenda as especificações do projeto aprovado pela autoridade sanitária, obedecidas as disposições desta Lei e das Normas Técnicas Específicas a elas aplicáveis.

§ 1º- As piscinas de uso público e de uso coletivo, deverão possuir Alvará Sanitário que está fundamentado pela autoridade sanitária, após a vistoria de suas instalações.

§ 2º- As piscinas de uso familiar e de uso especial ficam dispensadas das exigências desta Lei.

Art. 97 – Fica obrigatório o controle médico- sanitário das banhistas que utilizam as piscinas de uso público ou de uso coletivo rurais.

Art. 98 – Fica obrigatório, o tratamento da água das piscinas de acordo com as Normas Técnicas exigidas por Lei.

Art. 99 – Consideram-se locais de reunião para fins religiosos os seguintes:

- I- templos religiosos e salões de cultos;
- II- salões de agremiações religiosas.

Art. 100 – As edificações que trata este capítulo deverão dispor, além das privadas, instalações sanitárias separadas por sexo e com acesso independente e construídas pelo mesmo dia:

- I- sanitários com piso e paredes azulejados e lavatório;
- II- as instalações devem ter bacias sanitárias, lavatórios e misturins;
- III- obrigatório o uso de papel toalha e saboneteira líquida, para evitar contaminação;
- IV- nos locais de Recreação e Esportivos deverão ter áreas separadas para funcionamento de bar e salão para eventos.

Título VI

Das Atividades Mercantis

Capítulo I

Das Funcionárias e Secretárias

Art. 101 – Os estabelecimentos ligados neste capítulo estão sujeitos à vistoria pela autoridade sanitária e higiene sanitária para funcionamento da mesma.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 181 – O armazenamento, armazenamento, embalagem, embalagem, transporte e exposição de cadáveres, deverão obedecer às exigências sanitárias previstas em normas técnicas expedidas aprovadas por Lei Federal e por este Código;

I – os estabelecimentos devem possuir área específica para manipulação de cadáveres e guarda de material;

II – a área de manipulação de cadáveres deve ser revestida de piso, paredes de superfície lisa, impermeáveis e fácil limpeza;

III – devem possuir um sistema de ventilação específicos para os resíduos líquidos de acordo com as normas técnicas exigidas para esse fim;

IV – as manipulações de cadáveres é obrigatório fazer uso das normas de segurança e uso dos EPIs;

Art. 182 – Estes estabelecimentos devem possuir um local específico para armazenamento dos resíduos sólidos, devem ser colocados em recipientes fechados com tampa, após serem eliminados em local específico determinado pelas autoridades sanitárias competente;

Capítulo II

Casa de Velório

Art. 184 – Os estabelecimentos situados neste capítulo, devem seguir as normas técnicas exigidas por lei, referente à suas edificações e suas aplicações;

Art. 185 – Os velórios deverão ficar a 3,00 m, no mínimo afastados das divisa dos terrenos vizinhos;

I – devem possuir uma sala específica com boa iluminação e ventilação;

II – a sala de velório deve possuir piso de superfície lisa, impermeável e fácil limpeza;

III – a sala de velório deve possuir sanitários masculino e feminino, separados, dotados de papel toalha e cabineira líquida;

Capítulo III

Consistórios

Art. 186 – Os consistórios serão construídos em áreas elevadas, no contravento das águas que possam alimentar poços e outras fontes de abastecimento;

Parágrafo Único – Em caráter excepcional, serão tolerados a julgo da autoridade sanitária, consistórios em regiões planas;

Art. 187 – O nível do terço freático nos consistórios deverá ficar, no mínimo a 2,00m, de profundidade;

Parágrafo Único – Nas dependências das condições das sepulturas, deverá ser feito o abastecimento suficiente desse nível. Os projetos de consistórios deverão ser acompanhados de estudos especializados, comprovando a adequabilidade do solo e do nível terço freático;

Art. 188 – Os vasos ornamentais não deverão conservar água, a fim de evitar a proliferação de mosquitos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 109 – Os Comestíveis devem ser liberados e licenciados pela autoridade sanitária competente.

Art. 110 – O transporte e depósito de esses alimentos ou de seus restos no mercado e lugares previamente autorizados para esse fim, requerem autorização sanitária.

Título VI

Alimentos

Capítulo I

Art. 111 – O funcionamento dos estabelecimentos industriais ou comerciais onde se fabricarem, prepararem, beneficiarem, acondicionarem, vendam, distribuírem ou depositarem alimentos e os veículos transportadores dos mesmos, devem submeter-se às exigências desta lei, das normas técnicas especiais e das específicas e dependentes de licença da autoridade sanitária Municipal ou Estadual competente.

Art. 112 – Os alimentos destinados ao consumo imediato, tenham ou não sofrido processo de cocção, só poderão ser expostos à venda devidamente protegida em recipientes herméticos em tempo abastado.

Art. 113 – Somente poderão ser expostos à venda alimentos, matérias primas alimentares “IN NATURE”, aditivos para alimentos, materiais, artigos e utensílios destinados a entrar em contato com alimentos que:

I – tenham sido previamente registrados no órgão competente, de acordo com as exigências do Ministério da Saúde e por esse Código;

II – tenham sido elaborados, reembalados, transportados, importados ou vendidos por estabelecimentos dos alimentos licenciados;

III – atenda, na sua composição, às especificações do respectivo padrão de identidade e qualidade, quando se tratar de alimentos padronizados ou iguais que tenham sido declarados no momento do respectivo registro, quando se tratar de alimentos de fantasia ou artificial, ou ainda não padronizado.

Art. 114 – Os alimentos destinados, totalmente ou parcialmente, de um de seus componentes normais, só poderão ser expostos à venda mediante autorização expressa do órgão competente.

Capítulo II

Registro e Controle

Art. 115 – Todo alimento somente será exposto ao consumo ou entregue a venda se registrado no órgão competente do Ministério da Saúde.

Art. 116 – Estão igualmente obrigados à registro no órgão competente do Ministério da Saúde:

I – os aditivos intencionais;

II – as embalagens, equipamentos e utensílios e elaborados e/ou revestidos intencionalmente de substâncias químicas e poliméricas e destinados a entrar em contato com alimentos, inclusive de uso doméstico;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

III – os empregantes da tecnologia de fabricação, assim declarados por Resolução da Comissão Nacional de Normas e Padrões para alimentos.

Parágrafo Único – Os alimentos industrializados vendidos a granel estarão sujeitos a registro quando a Norma Técnica Especial assim determinar.

Art. 117 – A Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde juntamente com autoridade sanitária competente, deve realizar Análise do Controle dos Alimentos, que tem por objetivo comparar a identidade e a qualidade do alimento, a sua conformidade com o respectivo padrão aprovado e os elementos indicados pela empresa por ocasião do registro.

Capítulo III Fiscalização de Alimentos

Art. 118 – A ação fiscalizadora será exercida pelas autoridades federais, estaduais ou municipais no âmbito de suas atribuições.

Art. 119 – A ação fiscalizadora pela autoridade sanitária competente, abrangerá a todos os locais onde sejam recebidos, depositados, preparados, manipulados e expostos à venda ou ao consumo público. Abrangerão ainda os veículos destinados à sua distribuição e venda de aguardente, uísquies e recipientes utilizados na própria fabricação dos alimentos.

Art. 120 – A fiscalização de que trata este Capítulo se estenderá à publicidade e à propaganda de alimentos, qualquer que seja o meio empregado para sua divulgação.

Capítulo IV Coleta de Amostras e Análise Fiscal

Art. 121 – Compete à autoridade fiscalizadora realizar periodicamente ou quando necessária, a coleta de amostra de alimentos, aditivos, conservantes e recipientes para efeito de análise fiscal.

Art. 122 – A coleta de amostra será feita sem interferência da mercadoria, quando se tratar de análise fiscal de rotina.

Parágrafo Único – Se a análise fiscal de amostra colhida em fiscalização de rotina for condenatória, a autoridade sanitária, poderá efetuar nova coleta de amostra, sem interferência da mercadoria, levando a termo de interferência.

Capítulo V Interdição de Alimentos

Art. 123 – Quando os alimentos forem fabricados, manipulados, armazenados em locais impróprios, falta de condições higiênico-sanitárias e quando o resultado da análise fiscal for passado ser um alimento impróprio para consumo, será obrigatório sua interdição e até o caso, o fechamento do estabelecimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 124 – Na instalação de alimentos para fins de análise laboratorial será lavrado o termo respectivo assinado pela autoridade fiscalizadora e pelo promotor ou detentor da mercadoria, ou representante legal e na ausência ou recusa destes, por duas (2) testemunhas.

Parágrafo Único – O termo de instalação especificará a natureza, tipo, marca, procedência e quantidade da mercadoria, nome e endereço do detentor e do fabricante, e será lavrado em 03 (três) vias, destinando-se a primeira ao infrator.

Art. 125 – A instalação de produtos e ou de estabelecimentos como medida cautelar, durante o tempo necessário à realização de testes, provas, análises e outras providências requeridas não podendo, em qualquer caso, exceder o prazo de 70 dias e 48 horas para os produtos perecíveis, findo o qual o produto, ou o estabelecimento, ficará automaticamente liberado.

Art. 126 – Não caberá recurso na hipótese definitiva de condenação do alimento em razão de laudo laboratorial condenatório confirmado em perícia de contraponto, ou nos casos de constatação em flagrante, atos de fraude, falsificação ou adulteração do produto.

Art. 127 – No caso de condenação definitiva do produto, cuja alteração ou falsificação não impliquem em termo de impugnação para uso ou consumo, ele será apreendido pela autoridade sanitária e distribuído a estabelecimentos assistenciais, de preferência oficiais, quando sua aproveitamento for viável em programa de saúde.

Capítulo VI

Funcionamento dos Estabelecimentos

Art. 128 – Todo estabelecimento ou local destinado à produção, fabrico, preparo, beneficiamento, manipulação, acondicionamento, armazenamento, depósito ou venda de alimentos deverá possuir:

- I – Alvará de funcionamento;
- II – Alvará sanitário.

§ 1º – O alvará sanitário será concedido após inspeção pela autoridade sanitária competente, observadas as especificações desta Lei e de suas Normas Técnicas Especiais.

§ 2º – Para cada supermercado ou conglomerado, a repartição sanitária fornecerá um único alvará de funcionamento e para os mercados públicos, um alvará para cada filial.

§ 3º – A vistoria será feita pela autoridade sanitária e fará constar das possíveis irregularidades que houver no estabelecimento, bem como as penalidades que porventura tenha sido aplicadas.

§ 4º – Os veículos de transporte de Alimentos Alimentícios deverão possuir Certificado de Vistoria, que será concedido pela autoridade sanitária competente, após a devida inspeção.

Art. 129 – Os estabelecimentos devem situar-se em zonas livres de noções inadequadas, fumaça, pó e outros contaminantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Título VIII **Do Local de Trabalho**

Capítulo I **Indústrias, Fábricas Grandes e Oficinas**

Art. 120 – Em estabelecimentos tratados neste capítulo deverão ser construídos em locais específicos determinados pela prefeitura municipal, com objetivo de evitar riscos de doenças e transtornos à população.

Art. 121 – Os projetos das edificações deverão ser aprovados pelas autoridades competentes, ter o licenciamento ambiental, sanitário e obedecer às exigências estabelecidas neste código e demais legislação pertinente.

Art. 122 – Em estabelecimentos tratados neste capítulo, deverão obedecer, dentre outros, as exigências de saúde, higiene e segurança de trabalhadores, independentemente à proteção da saúde e bem estar individual.

Art. 123 – A autorização para instalação de estabelecimento de trabalho em edificações já existentes é de competência do órgão encarregado da higiene e segurança de trabalho, sem prejuízo da competência da autoridade sanitária nos casos previstos nesta Lei e em Normas Técnicas Especiais.

Art. 124 – Os locais de trabalho não poderão ter comunicação direta com dependências residenciais.

Art. 125 – As águas provenientes do lavagem dos locais de trabalho deverão ser lançadas no rede coletora de esgotos ou ter outra destinação conveniente, a critério da autoridade competente.

Seção I **Instalações Sanitárias**

Art. 126 – Os locais de trabalho terão instalações sanitárias separadas para cada sexo, nas seguintes proporções:

I – uma banca sanitária, um urinário, um lavatório e um chuveiro para cada 20 empregados do sexo masculino ou feminino;

II – devem possuir paredes e pisos de superfícies lisas, impermeáveis e laváveis;

III – devem possuir chuveiros para cada 10 empregados nas atividades ou operações realizadas nos trabalhos com disposição e substâncias tóxicas, irritantes e alérgicas ou substâncias que provoquem coceira;

Art. 127 – As instalações sanitárias deverão ser alimentadas pelo sistema público de abastecimento de água e esgoto. O local que não for beneficiado pelo sistema, será obrigatória a adoção de medidas adotadas pela autoridade sanitária competente.

Seção II **Refeitórios**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 138 - Todos os locais de trabalho deverão ter água potável proveniente do sistema de abastecimento de água, sendo obrigatório a existência de bebedouros de jato inclinado e quantidade suficiente, provida sua instalação em piso ou levantados.

Parágrafo único - Os bebedouros serão instalados na proporção de um para cada 200 (duzentos) empregados.

Seção III

Refeitórios

Art. 139 - Nos estabelecimentos em que trabalhem mais de 30 (trinta) empregados, é obrigatória a existência de refeitórios ou locais adequados para refeições, atendendo as normas técnicas a elas aplicáveis.

Capítulo II

Edificações Destinadas a Comércio e Serviços

Art. 140 - As edificações para Comércio deverão atender as Normas Técnicas referentes à sua instalação e complementadas pelas disposições deste código.

Art. 141 - As edificações destinadas a serviços deverão obedecer, dentre outras, as exigências de saúde, higiene e segurança sanitária, à qual fora aplicável para seu funcionamento.

Capítulo III

Lajes, Armazéns, Depósitos e Estabelecimentos Congelados

Art. 142 - Os estabelecimentos citados neste capítulo, estão sujeitos as Normas Técnicas aplicáveis aos locais de trabalho, os que lhes forem aplicáveis.

Parágrafo Único - Os estabelecimentos com área até 50 m² terão no mínimo, instalação sanitária com banho e lavatório e separados por sexo.

Capítulo IV

Aeroportos, Estações Rodoviárias e Ferroviárias, Portuárias e Estabelecimentos Congelados

Art. 143 - Estes estabelecimentos citados neste capítulo, deverão ter suas edificações e instalações de construção sólida e sanitariamente adequadas de acordo com as Normas Técnicas exigidas por Lei e por este Código e serão licenciadas pelas autoridades competentes.

Art. 144 - Os Aeroportos, Estações Rodoviárias e Ferroviárias deverão ter as seguintes exigências mínimas:

- I - as vias e áreas utilizadas para circulação de pessoas, devem ser de superfície dura, resistente, level e adequada para trânsito de rodas;
- II - o reservatório de água potável terá capacidade mínima equivalente ao consumo diário;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

III - ter os brinquedos de piso inclinado, com grade protetora, na proporção de um para 100 pessoas;

IV - ter instalações sanitárias para uso do pessoal de serviços e uso público, separadas por sexo, e reservatório de material fecal, impermeável e lavável;

V - ter no local banho suficiente número adequado de lixeiras para depósito de lixo;

VI - a retirada, o transporte e a disposição de excretas e de lixo procedente das atividades e resíduos, deverão atender as Normas Técnicas exigidas para tal;

VII - ter no local banhos suficientes para atender o público.

Art. 145 - Nos estabelecimentos citados neste capítulo, deverão ser realizadas limpeza e desinfecção de todos os locais onde possa ocorrer risco de contaminação para os usuários.

Capítulo V

Saídas de Bebidas, Cadeiras-rotas, Banho-termas, Casas de Banho e Congressos

Art. 146 - Nos estabelecimentos citados neste capítulo, é obrigatório o atendimento sanitário e outras exigências a serem adotadas pelas autoridades competentes.

Art. 147 - Estes locais deverão ter suas edificações e instalações construídas em áreas separadas, não podendo ter acesso a outras dependências, e ter as seguintes exigências:

I - área não inferior a 10m² com largura mínima de 2,30 m para no mínimo 2 (duas) cadeiras, em ambientes claros e arejados;

II - possuir paredes e piso de superfícies lisas, impermeáveis e laváveis e cores claras;

III - deve possuir um lavatório, no mínimo;

IV - possuir instalações sanitárias separadas por sexo;

V - possuir uma sala separada para depósitos.

Art. 148 - Em todos os estabelecimentos referidos neste capítulo, é obrigatório fazer a limpeza e desinfecção do local de trabalho e esterilização dos equipamentos, materiais, sendo que:

I - é obrigatório o uso de autoclaves no local para a esterilização;

II - usar álcool 70 % para esterilizar as luvas, pinças, forceps, cânulas e outros;

III - usar material descartável, material de segurança;

IV - lavar, desinfetar e trocar as roupas e aventais diariamente.

Art. 149 - Nos estabelecimentos citados neste capítulo deverão ser utilizados somente produtos de higiene autorizados pelo Ministério da Saúde, sendo que fica proibido:

I - uso de produtos cáusticos sem a autorização da autoridade sanitária competente;

II - reaproveitamento de cores para depilação ou qualquer outro produto similar;

III - usar produtos sem as datas de validade concluídas.

Capítulo VI

Estabelecimentos Industriais e Comerciais, Farmacêuticos e Congressos

Handwritten signature



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 180 – Estes estabelecimentos citados neste capítulo deverão ser construídos de acordo com as Normas Técnicas exigidas para tal, e serão liberadas e licenciadas pelas autoridades competentes.

Art. 181 – É expressamente proibida a instalação em zonas urbanas, de laboratórios ou departamentos de laboratórios que fabriquem produtos biológicos e outros produtos que possam produzir riscos de contaminação aos habitantes.

Capítulo VII

Distribuidores, Representantes, Importadores e Exportadores de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e seus Correlatos, Produtos de Higiene, Perfumes e Outros Distintos, Produtos Biológicos, Agrotóxicos e Estabelecimentos Congêneros

Art. 182 – Estes estabelecimentos citados neste capítulo, deverão ter suas edificações e instalações construídas de acordo com as Normas Técnicas Específicas exigidas por Lei Federal e por este Código, ou que aplicáveis, e deverão seguir os requisitos do Estado e de Higiene e Segurança Sanitária para sua liberação pela Autoridade Sanitária competente.

Capítulo VIII

Distribuidoras e Revendas de Combustíveis em Estabelecimentos Congêneros

Art. 183 – Estes Estabelecimentos citados, deverão ter suas edificações e instalações construídas de acordo com as Normas Técnicas Específicas exigidas por Lei Federal e por este código.

Art. 184 – Estes estabelecimentos deverão obedecer, dentre outros, os requisitos de segurança sanitária e ambiental aplicáveis para seu funcionamento, exigidos por Lei.

Art. 185 – As revendas de combustíveis que tiverem setor de convivência ou lanchonete, devem seguir as exigências para estabelecimentos comerciais de alimentos, e elas aplicáveis.

Capítulo IX

Farmácias, Drogeries, Ermatórias, Pontos de Medicamentos, Unidades Volantes e Dispensários de Medicamentos

Art. 186 – Estes estabelecimentos citados neste capítulo devem ser construídos de acordo com as Normas Técnicas Específicas exigidas por Lei Federal e por este Código e serão liberadas e licenciadas pela autoridade sanitária competente. Devem seguir os seguintes requisitos:

I – as farmácias, drogeries devem possuir áreas separadas para dispensação, manipulação, aplicação de injetões, depósitos, sanitários N/P;

II – deverão ter pisos e paredes de materiais lisos, impermeáveis e laváveis, de cor clara;

III – estes estabelecimentos deverão possuir entrada independente, não podendo suas dependências servir de passagem para qualquer outro local;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 187 - Nestes estabelecimentos é obrigatório o alvará sanitário e serbo inspeções periódicas, para averiguar o cumprimento do Regulamento Técnico exigido por Lei Federal e por este Código.

Art. 188 - As Farmácias e Droguarias, que trabalharem com substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial, deverão ter uma autorização especial para seu funcionamento.

Art. 189 - As Farmácias e Droguarias com autorização especial, deverão ter Livros de Registro Específicos e fazer o Balanço de Substâncias Psicotrópicas e Outras Sujetas a Controle Especial, conforme determina o portaria Nº55/MS 7º 24/0/95, em vigor.

Art. 190 - Não poderão ser entregues ao consumo ou expostas à venda, drogas, medicamentos e correlatos que não tenham sido liberados ou registrados pela Ministério da Saúde e pela ANVISA.

Art. 191 - Nas Farmácias e Droguarias é obrigatório a presença do Responsável Técnico, durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento.

Art. 192 - É facultado as farmácias ou droguarias manter serviços de atendimento ao público para aplicação de injeções a cargo técnico habilitado.

Capítulo V

Estabelecimentos de Assistência Odontológica

Art. 193 - Os locais destinados à assistência odontológica, tais como: clínicas dentárias infâncias e pediátricas, clínicas dentárias particulares especializadas, políclínicas, centros radiológicos odontológicos, pronto socorro odontológico e conglomeros, terão suas edificações e instalações construídas de acordo com as Normas Técnicas exigidas por Lei e por este Código. Devem ter as seguintes requisitos:

I - suas instalações devem possuir pisos e paredes de superfície lisa, impermeável e lavável com água-cloro.

II - possuir áreas separadas para recepção, consultório dentário, para limpeza e esterilização de materiais e depósitos;

III - possuir instalações sanitárias separadas por sexo e uso do papel toalha e saboneteira líquida.

IV - as áreas de serviços de radiologia devem seguir as Normas Técnicas determinadas por Lei.

Art. 194 - Nestes estabelecimentos é obrigatório o alvará sanitário e serbo inspecionados para averiguar o cumprimento das Normas Técnicas exigidas por Lei e por este Código.

Art. 195 - Nestes estabelecimentos é obrigatório fazer a limpeza, desinfecção do local de trabalho e esterilização dos equipamentos, instrumentais de acordo com as Normas Técnicas exigidas por Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Capítulo XI

Clínicas de Fisioterapia, Clínicas Médicas e Conglomeros

Art. 166 – Estes estabelecimentos deverão ser construídos de acordo com as Normas exigidas por Lei e serão licenciados pela autoridade sanitária competente, sendo obrigatório o Alvará Sanitário.

Art. 167 – Estes estabelecimentos devem possuir nas suas instalações, as seguintes exigências:

I – uma sala de administração com área mínima de 30 m²;

II – uma sala para exames médicos, quando exigida a responsabilidade médica, com área mínima de 10 m²;

III – uma sala de fisioterapia separada por seção para tratamentos específicos;

IV – possuir sanitários separados por sexo e colocar de papel toalha e saboneteira líquida;

V – devem possuir entradas independentes, não podendo suas dependências utilizadas para outros fins.

Art. 168 – As Salas e Banhos Turcas deverão receber durante toda período do seu funcionamento, excipiens, em quantidade adequada através de dispositivos apropriados, a critério da autoridade sanitária.

Art. 169 – Os estabelecimentos de Fisioterapia, deverão fazer a limpeza e desinfecção dos equipamentos, materiais e dos locais usados para esse fim.

Art. 170 – As Clínicas Médicas deverão possuir sala de recepção, sala para consultório, salas de exames, sala de esterilização de materiais e instrumentos, lavanderia e depósito para materiais de saúde, de acordo com as Normas Técnicas exigidas por Lei Federal e por este Código.

Art. 171 – Fica obrigatório às Clínicas Médicas, seguir as Normas de Higiene para as suas áreas específicas de atendimento, Técnicas estas exigidas por Lei Federal e por este Código.

Capítulo XII

Estabelecimentos Veterinários e Conglomeros e Parques Zoológicos

Art. 172 – Os Hospitais, Clínicas e Consultórios Veterinários, bem como estabelecimentos de Fomento de animais, serão permitidos dentro do perímetro urbano, se forem construídos dentro das Normas Técnicas exigidas por Lei Federal e por este Código e licenciados pela autoridade sanitária competente.

Art. 173 – Ficam obrigados os Hospitais, Clínicas, Consultórios Veterinários fazer a limpeza e desinfecção dos locais de trabalho e esterilização dos equipamentos e instrumentos utilizados para esse fim, de acordo com as Normas exigidas.

Parágrafo Único – Os animais abidos dentro estabelecimentos devem ser acondicionados em locais apropriados de acordo com as Normas técnicas exigidas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 174 – Os Parques Zoológicos mantidos por entidades públicas ou privadas, devem ser construídos e funcionar de acordo com as Normas Técnicas exigidas por Lei Federal e por este Código e serão licenciados pelas autoridades competentes.

Capítulo XIII

Serviços de Radiodiagnóstico Médico e Odontológico

Art. 175 – Estes estabelecimentos criados neste capítulo, deverão ter suas edificações e instalações de construção sólidas e adequadas de acordo com as Normas Técnicas exigidas por Lei Federal e por este Código e serão licenciados pela autoridade sanitária competente.

Art. 176 – Os estabelecimentos de Radiodiagnóstico Médico, as salas de Raio-X deverão dispor de:

a) paredes, pisos, tetos e portas com blindagem que proporcionem proteção radiológica às áreas adjacentes;

b) blindagem das paredes desde um de 210 cm do piso, desde que devidamente justificadas;

c) a salina de Comando deve ter blindagem adequada e o operador tenha visão total do paciente e boa comunicação;

d) quando o comando estiver dentro da sala de Raio-X e não tiver a salina, é obrigatório o uso de bloco fixado com altura de 210 cm, com blindagem;

e) ter blindagem visível na face externa da porta de acesso, contendo o símbolo internacional da radiação ionizante, e acompanhado das inscrições não a entrada proibida de pessoas não autorizadas;

f) sinalização luminosa vermelha acima da porta de acesso, acompanhada da aviso de advertência: quando a luz vermelha estiver acesa, a entrada é proibida;

g) vestimenta de Proteção Individual para paciente, equipe e acompanhante: com: umetal plumbífero, proteção de tórax e glândulas.

Art. 177 – As salas de Raio-X devem ter somente um equipamento de raio-X por sala e seus acessórios indispensáveis para as procedimentos radiológicos a que se destinam.

Art. 178 – A Câmara Escura deve ser planejada e construída de acordo com as Normas Técnicas exigidas com:

a) isolamento proporcional à quantidade de radiografia e ao fluxo de atividades previstas no serviço;

b) vedação apropriada contra a luz do dia ou artificial, principalmente a da porta e sistema de exaustão;

c) sistema de exaustão de ar de forma a manter uma pressão positiva no ambiente;

d) as paredes devem ter revestimentos resistentes a produtos químicos;

e) os pisos devem ser anticorrosivos, impermeáveis e antiderrapantes;

f) sistema de filtragem de resíduo com limpeza de resíduo e filtros apropriados, localizada a uma distância não inferior a 1,2 m do local de manipulação.

Art. 179 – A Câmara Escura para revelação manual deve ser provida de termômetros, cronômetros e tabela de revelação para garantir a qualidade da revelação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 180 - As Clínicas de Radiodiagnóstico Médico devem ter um local adequado para armazenamento de filmes radiográficos.

Art. 181 - Os estabelecimentos de Radiodiagnóstico Odontológico do tipo Extra-Oral, devem seguir os mesmos requisitos citados nos artigos 173, 174 e 176.

Art. 182 - Os estabelecimentos de Radiodiagnóstico Odontológico Intra-Oral, devem ser instalados em consultórios ou salas com dimensões suficientes para permitir à equipe manter-se a distância, pelo menos, 2 m do cabeçote e do paciente.

Art. 183 - Para as Radiografias Intra-Orais, pode ser permitida a utilização de câmeras portáteis de rotação manual, desde que acondicionadas com material opaco.

Art. 184 - Todo o indivíduo que trabalha com raios-x diagnósticos deve usar, durante a sua jornada de trabalho e enquanto permanecer em área controlada, o distintivo individual de leitura instantânea, trocado mensalmente.

Art. 185 - Toda a sala de Radiodiagnóstico deve ter um dosímetro-Padrão, colocado na parte externa da sala, para o monitoramento da radiação das áreas adjacentes à sala de raios-x.

Art. 186 - Todo o serviço de Radiodiagnóstico deve ter um Responsável Técnico, um médico ou um odontólogo para responder pelos procedimentos radiológicos, e possuir técnicos capacitados para serviços de raios-x.

Art. 187 - Durante a realização de procedimentos radiológicos, somente o paciente a ser examinado e a equipe pode permanecer na sala de raios-x, havendo necessidade da permanência de um acompanhante só será permitido com autorização do responsável técnico.

Art. 188 - A realização de exames radiológicos com equipamentos fixados em leitos hospitalares ou unidades móveis de imagem, somente será permitido quando for inevitável ou clinicamente necessário transferir o paciente para uma instalação com equipamento fixo, deve ser adotadas as seguintes medidas:

(a) os pacientes que não podem ser removidos, devem ser protegidos da radiação espalhada por uma barreira protetora, com no mínimo 0,5 mm de chumbo;

(b) os pacientes que não podem ser removidos, devem ser de modo que nenhuma parte do corpo esteja a menos de 1 m do cabeçote ou do receptor de imagem.

Art. 189 - Nenhum instalação pode ser construída, modificada, operada, ou desativada, nenhum equipamento de radiodiagnóstico pode ser vendido, operado, transferido de local, modificado e nenhuma prática com raios-x diagnósticos pode ser executada sem que estejam de acordo com os requisitos estabelecidos pela Portaria 433-03/06/04, em vigor.

Capítulo XVI
Quilômetros, Sinalizações, Depósitos de Prontuários em
Estabelecimentos Coletivos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 190 - Estes estabelecimentos devem possuir uma área com tamanho adequado, onde possa colocar exposições a um trânsito fácil do público. Devem seguir os seguintes requisitos:

I - possuir exposições feitas de materiais resistentes, lisos, impermeáveis e laváveis;

II - ter um local com boa ventilação e iluminação;

III - as frutas e hortaliças deverão apresentar-se sempre limpas e frescas, e não podem ser tratadas para venda ao consumidor;

IV - devem ser retiradas das exposições as frutas e hortaliças que estiverem estragadas, moídas ou machucadas.

Art. 191 - Estes estabelecimentos devem ter um programa de controle contínuo de pragas e tomar medidas para sua erradicação. Deve ser aplicado por um profissional que confira os riscos que essas pragas possam causar para a saúde.

Capítulo XX

Restaurantes, Cozinhas Industriais, Pastelarias, Pizzarias, Padarias, Confeitarias, Lanchonetes, Bares e Congelados

Art. 192 - Os estabelecimentos citados neste capítulo, deverão ter suas edificações e instalações de construção sólida e satisfatoriamente adequadas de acordo com as Normas Técnicas exigidas por Lei e por este Código, devendo seguir os seguintes requisitos:

I - devem possuir áreas separadas por setores, de forma a evitar contaminação cruzada e melhorar o fluxo de pessoas;

II - as áreas de manipulação deverão ter pisos e paredes de superfície lisa, impermeável e lavável, e o teto de fácil limpeza;

III - possuir frestas com tampas em quantidade suficientes e devem ser retidas, todas as vezes que forem necessárias;

Art. 193 - Nesses estabelecimentos as instalações sanitárias deverão ter pisos e paredes de superfícies lisas, impermeáveis e laváveis. Separadas por sexo e dotadas de papel toalha e saboneteira líquida.

Art. 194 - Nesses estabelecimentos é obrigatório fazer a limpeza, desinfecção das áreas de trabalho e esterilização dos equipamentos, utensílios com a frequência necessária, sempre que as circunstâncias assim o exigirem, com a finalidade de impedir a contaminação dos alimentos.

Art. 195 - Todas as pessoas que trabalharem na área de manipulação de alimentos devem atender os seguintes requisitos:

I - lavar as mãos frequentemente;

II - usar avental, toucas protetoras e sapatos fechados;

III - ter carteira de saúde dos funcionários;

IV - não profunde, tudo o ato de tossir, espirrar e fumar sobre os alimentos;

V - possuir pontas e paredes tatuadas;

VI - retirar todos os objetos de adorno pessoal;

VII - pessoas com ferimentos nas mãos não devem manipular alimentos;

VIII - pessoas com enfermidades contagiosas não devem manipular alimentos e deve usar o proprietário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 194 – Em estabelecimentos devem ter um controle contínuo da água e tomar medidas para sua distribuição. Devendo ser realizado por um profissional que confira os dados que o uso dos agentes possam representar para a saúde e que evite a contaminação dos alimentos.

Capítulo XVI

Fábricas de Gelos, Sorvetes e Congelados

Art. 195 – Nas estabelecimentos citados neste capítulo, deverão ter suas edificações e instalações de construção sólida e sanitariamente adequadas de acordo com as Normas Técnicas exigidas por Lei Federal e por um Código, e serão licenciadas pela autoridade sanitária competente.

Art. 196 – Nas Serventias todos os equipamentos, utensílios, matérias-primas utilizadas e manipulação devem ser de acordo com as Normas Técnicas exigidas e seguir as seguintes exigências:

- I – as matérias-primas utilizadas devem ser registradas no Ministério da Saúde;
- II – as matérias-primas, os ingredientes e embalagens devem ficar protegidos contra contaminantes e pragas;
- III – a água utilizada no processamento de gelados deve ser oriunda de sistema de abastecimento de água e atender o padrão de potabilidade;
- IV – fazer a limpeza periódica da caixa d'água de acordo com as normas exigidas;
- V – o preparo da mistura deve ser realizado de forma evitar a contaminação;
- VI – possuir freezer para congelamento de sorvete na temperatura adequada (-10°C), em quantidade suficiente para sua demanda;
- VII – os preparados para Gelados congelados à base de leite e ovos devem ser pasteurizados;
- VIII – as embalagens usadas para acondicionamento dos produtos devem ser de material apropriado, estar íntegras e limpas.

Art. 198 – Os veículos usados para o transporte de gelados, devem apresentar superfícies lisas, íntegras impermeáveis, resistentes à corrosão, de fácil higienização, de material não contaminante e ser isolados.

Art. 200 – As Fábricas de Gelo, seus equipamentos, utensílios e fabricação devem seguir as seguintes exigências:

- I – possuir um local específico para fabricação de gelo, dentro das normas técnicas exigidas, e as operações devem ser realizadas em condições higiênicas-sanitárias satisfatórias;
- II – a água utilizada na fabricação de gelo deve ser oriunda de sistema de abastecimento;
- III – possuir câmara fria para depósito de gelo;
- IV – as embalagens utilizadas devem ser de material apropriado estar íntegras e limpas;
- V – o gelo deve ser inspecionado e inspecido;
- VI – os gelos podem ser em barras ou cubos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 281 – Os gelos fabricados em cubos devem ser feitos com água filtrada ou destilada, sem aditivos e devem fazer a análise de potabilidade da água periodicamente por meio de laudos laboratoriais, a não devem alterar o sabor.

Capítulo XVIII

Casa de Carnes, Açougue, Peixarias e Estabelecimentos Empínicos

Art. 282 – Estes estabelecimentos devem ser construídos de acordo com as Normas Técnicas, e serem licenciados pela autoridade sanitária competente e seguir as seguintes exigências:

- I – área separada para manipulação, descarte e expedições;
- II – possuir pisos e paredes azulejados;
- III – deve ter as portas e janelas teladas;
- IV – as salas devem ter ralos para fácil limpeza e escoamento da água;
- V – possuir uma área mínima de 20 m².

Art. 283 – Todos os equipamentos e utensílios utilizados nestes locais devem ter as seguintes exigências:

- I – possuir mesas e balcões de superfícies lisas, impermeáveis e fácil limpeza;
- II – possuir câmaras frigoríficas e balcões congelados;
- III – possuir ventilação – fixa em boas condições;
- IV – os utensílios devem ser de material não contaminado e de inox;
- V – proibido o uso de equipamentos e utensílios que possuam cavidades, fendas, arestas, rachaduras.

Art. 284 – Estes estabelecimentos ficam obrigados, a fazer a limpeza e desinfecção dos equipamentos, utensílios e dos locais, toda a vez que se fazer necessário, a fim de se evitar a contaminação dos alimentos.

Art. 285 – As Casas de Carnes e Peixarias ficam obrigadas a obedecer as seguintes exigências:

- I – somente vender produtos de origem animal inspecionados;
- II – manter os peixes sob refrigeração ou com muito gelo nos expostos;
- III – não manter as carnes e peixes fora do refrigeração;
- IV – os produtos devem ser mantidos nas temperaturas adequadas (peixados- 5 C°, demais produtos - + 5 C°);
- V – as carnes devem estar em bandejas de superfícies lisas no dia de venda;
- VI – fazer uso de estrados nas câmaras frias;
- VII – as carnes devem ficar no máximo 3 horas fora do refrigerador para cortar os bifes nas mesas;
- VIII – a carne deve ser moída somente quando o cliente solicitar;
- IX – não depositar outros produtos além da carne, nas câmaras frias;
- X – não fazer preparo e fabrico de conservas de carnes e peixes;
- XI – não se permitir recipientes adequados para colocar os ossos.

Parágrafo Único – Nestes estabelecimentos fica proibido o uso de coque e machadinho para cortar de ossos e carnes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 296 - Na venda de produtos industrializados e os congelados procedentes de lâcteos licenciados, somente poderá ser feita, se tiver unidades frigoríficas próprias e-equipadas para sua boa conservação.

Capítulo XVII

Matadouros, Frigoríficos, Fábricas e Conservas de Carnes e Estabelecimentos Conplexos

Art. 297 - Estes estabelecimentos citados deverão ter suas instalações e instalações construídas de acordo com as Normas Técnicas Específicas exigidas por Lei Federal e por este Código.

Art. 298 - Estes estabelecimentos devem ser liberados e licenciados pela autoridade sanitária competente, observada legislação pertinente:

- I - curral de chegada, manuseio e observação;
- II - departamentos de necropsia;
- III - sala de matança;
- IV - câmaras frigoríficas;
- V - depósito de matéria-prima;
- VI - laboratório;
- VII - sala de manipulação de carne;
- VIII - sala de embalagem, envasamento ou enlatamento;
- IX - sala de acondicionamento;
- X - sala de expedição.

Parágrafo Único - As dependências utilizadas para preparo e fêbico de produtos, destinados à alimentação humana deverão estar completamente isoladas das demais.

Capítulo XIX

Granjas Láticas, Unicas de Beneficiamento de Leite, Pontas de Refrigeração e Beneficiamento Estabelecimentos Conplexos

Art. 299 - Estes estabelecimentos citados neste artigo, de acordo com a sua natureza, as atividades desenvolvidas, o processamento das operações industriais e os equipamentos industriais utilizados, serão liberados e licenciados pelas autoridades sanitárias competentes, de acordo com as leis federais e este código.

- I - sala de recebimento de matéria-prima;
- II - laboratório;
- III - depósito de matéria-prima;
- IV - câmaras frigoríficas;
- V - sala de manipulação;
- VI - sala de embalagem, envasamento ou enlatamento;
- VII - sala de acondicionamento;
- VIII - local de expedição.

Título VIII

Comércio Ambulante de Alimentos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 290 – Para o comércio ambulante de gêneros alimentícios, os equipamentos devem satisfazer as condições mínimas de higiene e posuir:

I – Compartimento, provido de tampa com parte rigidamente jantagônica e sem abertura de material lio, resistente, impermeável, aliovo e de fácil limpeza nas superfícies que tenham em contato direto com alimentos;

II – Proteção contra a sol, chuva, poeira e outras formas de contaminação;

III – Equipamento de refrigeração ou isolamento térmico, dependendo da característica do alimento a ser comercializado;

IV – Equipamento para ençoço e fmeira, quando comercializar alimentos que devem ser submetidos a essas operações antes do consumo, utilizando-se geladeira a gás dotado de válvula de segurança. É vedado o uso de ligantes de querosene, lmeia, carvão ou tojeiro de 2 kg de capacidade;

V – Recuperação de água tratada para higienização dos equipamentos, utensílios e mãos, no período do trabalho;

VI – Pia com torneira e água potável corrente, com recolhimento de água afluente, com capacidade mínima de 200 litros, naturaliv, lavável e dotado de fecho hidráulico, devendo ser segurado no fundo mais próximo, no caso de tráfego e barraca;

VII – Recipientes revestidos com tampa plástica para o acondicionamento do lio.

Art. 310 – Os equipamentos ou veículos destinados ao comércio de pescados, miúdos, vísceras, aves abatidas, frico e embutidos devem ser isotérmico, revestido internamente de material lio, resistente, impermeável, de fácil limpeza, canos arredondados e dotados de dispositivos que permitam o escoamento e recolhimento de água proveniente do gelo.

Art. 311 – Os equipamentos de que trata o artigo anterior, devem ser dotados de sistema e os produtos devem permanecer à vista do consumidor em temperatura adequada:

I – Pescados até - 5,0 graus C;

II – Demais produtos até + 4 graus C.

Art. 312 – Os equipamentos destinados ao comércio ambulante de sanduíches, devem possuir arde, compartimento separado para pão e recheio, devendo este ser mantido em recipiente isotérmico em temperatura adequada de suas características:

I – Recheio: frico até 6 graus C;

II – Recheio quente: acima de 65 graus C.

Art. 313 – As frutas e hortaliças devem apresentar-se sempre limpas e frescas e não podem ser ensacadas para a venda ao consumidor, devendo o equipamento ser acondicionado em madeira impermeabilizada ou outros materiais resistentes, lio, impermeável e de fácil limpeza.

Art. 315 – Os equipamentos destinados ao comércio ambulante de sorvetes, refrescos e bebidas devem ser hermeticamente fechados e confeccionados em material isotérmico, lio, resistente, impermeável e de fácil limpeza.

Art. 316 – Os alimentos semi preparados ou preparados devem ser manipulados com luvas ou similares, sem contato manual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 217 - É proibida a exposição de alimentos manipulados ou prontos para consumo, não embalados, sem a proteção adequada contra insetos, poeira ou outras formas de contaminação.

Art. 218 - Doces e outros produtos de confeitarias produzidos e vendidos por unidades, fora da embalagem original múltipla, devem ser apresentados ao consumo, acondicionados em papel transparente ou plástico não recicláveis.

Art. 219 - Produtos como condimentos, molhos e temperos para sanduíches, hambúrguer e similares é obrigatório o uso de sachê individual, é vedada a utilização de frascos.

Art. 220 - Na comercialização dos alimentos é obrigatório o uso de utensílios e recipientes decorativos de uso individual, tais como copos, canudos e pratos-índice.

Art. 221 - Nos equipamentos ambulantes móveis destinados ao comércio de gêneros alimentícios, é proibido o transporte de objetos ou mercadorias estranhas ao ramo do comércio, e em especial o transporte de passageiros.

Art. 222 - No equipamento ambulante é vedada a manipulação completa do alimento, subtraindo-se apenas a tampa, a tábua e a montagem no caso de sanduíches e coqueiros.

Art. 223 - As bebidas somente podem ser comercializadas na embalagem original, é proibido dos equipamentos de mistura e dispensação automática de uísque e refrigerante.

Art. 224 - No acondicionamento de alimentos não é permitida o contato:

I - direto ou indireto com jornal;

II - direto com papéis coloridos ou impressos;

III - direto com papel ou plástico reciclado ou qualquer outro material de embalagem que possa contaminar.

Art. 225 - Além das obrigações previstas neste Código, os ambulantes, permissionários e seus auxiliares, devem:

I - manter seu equipamento limpo e desinfetado, e com bom estado de conservação;

II - manter limpo o local de trabalho e arredores, recolhendo e conservando a lixo decorrente da atividade;

III - vender produtos de boa qualidade e de acordo com as normas sanitárias e das posturas;

IV - pagar sempre os comprovantes de estar em dia com os tributos municipais como alvará funcionamento e alvará sanitário;

V - usar uniformes compostos de gorro, avental, de cores claras e dentro estar limpos;

VI - observar e cumprir rigorosamente as exigências sanitárias previstas na legislação em vigor.

Art. 226 - A base de preparação dos alimentos pode localizar-se na residência do interessado, porém deve:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

- I – possuir sistema sanitário de esgoto;
- II – fazer a completa higienização e desinfecção dos equipamentos;
- III – ter um local adequado com cobertura para guardar os equipamentos sanitários, livres de insetos, roedores e demais formas de contaminação;
- IV – um local adequado para preparação, acondicionamento e armazenamento dos alimentos com revestimentos de material lizo, resistente e impermeável e perfeitas condições de limpeza e higiene;
- V – destino adequado do lixo, conforme a legislação em vigor.

Título IX

Da Vigilância Sanitária

Capítulo I

Das Disposições Gerais

Art. 127 – O Estado e o Município através da Secretaria Municipal de Saúde, exercendo ações de Vigilância Sanitária sobre os Bens, Produtos Naturais ou Industrializados, Atividades e Serviços de Saúde em geral, Higiene e Sanidade Pessoal, Locais que direta ou indiretamente possam produzir agravos à saúde pública ou individual.

Art. 128 – A ação da Vigilância Sanitária se efetuará em caráter permanente e constituirá atividades de rotina pela Autoridade Sanitária competente.

Art. 129 – A autoridade sanitária competente de acordo da Vigilância Sanitária, no exercício regular de suas funções fiscalizadoras, tem competência, no âmbito de suas atribuições, para fazer cumprir este Código e demais Legislação pertinente, tomando todas as medidas legais cabíveis.

Art. 130 – A autoridade sanitária competente de fiscalização, devidamente credenciada, terá livre acesso a qualquer local público ou privado, em qualquer hora ou dia, por interesse da saúde e não será observada a Legislação vigente que se destina a proteção, proteção e recuperação da saúde.

Art. 131 – Os serviços de Vigilância Sanitária deverão manter estreito relacionamento com os serviços de Vigilância Epidemiológica e Toxicológica, bem como, se apoiar na rede de Laboratório de Saúde Pública, a fim de permitir uma ação mais objetiva das ações.

Capítulo II

Da Licença Sanitária

Art. 132 – A concessão de alvará, a instalação e o funcionamento dos estabelecimentos e empresas de produção e serviços de interesse da saúde, somente serão efetuadas depois de devidamente licenciadas pelo órgão competente e pela Vigilância Sanitária do município ou do estado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 233 – O alvará sanitário de funcionamento para pessoa física ou jurídica que exerça atividades sob regime de vigilância sanitária, terá validade de um ano, devendo ser renovado por períodos iguais e sucessivos.

Art. 234 – O pedido de licença sanitária para instalação do funcionamento das empresas e estabelecimentos que exerçam as atividades sob regime de vigilância sanitária, será dirigido, ao dirigente do órgão sanitário competente, instruído de:

- I – prova de constituição da empresa;
- II – documentos da pessoa física CPF e RG;
- III – comprovante de residência;
- IV – prova de habilitação legal para exercício de responsabilidade técnica do estabelecimento, expedida pelas autoridades regionais, quando for o caso;
- V – planta ou projeto, assinado pelo responsável técnico habilitado, com respectivos laços;
- VI – relação dos profissionais técnicos habilitados e suas especialidades;
- VII – relação dos equipamentos ou instrumentos existentes na empresa ou estabelecimento;
- VIII – relação dos produtos comercializados na linha de produção, no caso de indústrias ou fabricação caseira;
- IX – livros de registros visados pela autoridade sanitária competente, se for o caso;
- X – outros documentos, conforme critério da autoridade sanitária competente;
- XI – licença ambiental, conforme etapas de implantação se for o caso.

Art. 235 – O órgão sanitário competente do município de Chapadão do Sul, fixará exigências e condições para o licenciamento e funcionamento de estabelecimentos a que se refere este código, através de regulamentos, normas técnicas especiais a serem baixadas posteriormente, respeitando as leis vigentes.

Art. 236 – As licenças sanitárias e suas renovações poderão ser suspensas, canceladas ou canceladas nos seguintes casos:

- I – por solicitação da empresa;
- II – pela não funcionamento da empresa por mais de 90 dias;
- III – por interesse da saúde pública, a qualquer tempo por autoridade sanitária competente;
- IV – por interesse do meio ambiente, conforme solicitação fundamentada da autoridade ambiental competente.

Capítulo III

Infrações e Penalidades

Art. 129 – Para efeito deste código, considera-se infração sanitária a descumprimento ou a inobservância ao disposto neste código em leis e normas técnicas especiais e em outras que, por qualquer forma, se destinam à promoção, proteção e recuperação da saúde.

Art. 130 – Em se tratando deste código de faltas e/ou de riscos iminentes, ligadas à higiene e à segurança sanitária relativos à vigilância sanitária, saneamento básico, promoção da saúde, doenças transmissíveis ou não, dos serviços de interesse à saúde e de crítica, dos serviços de produção, fabricação e manipulação de alimentos e de demais dispositivos deste



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

código, deverá ser realizada a lavagem de auto de infração, com consequente instauração do processo administrativo não com consequente instauração do processo administrativo e possíveis sanções para cabíveis contidas neste código.

Art. 139 – As infrações sanitárias classificam-se em:

I – **LEVES**, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstância

Atenuante;

II – **GRAVES**, aquelas em que for verificada uma circunstância agravante;

III – **GRAVÍSSIMA**, aquelas em que seja verificada a existência de duas ou mais circunstâncias Agravantes.

Art. 140 – São circunstâncias Atenuantes:

I – a ação do infrator não ter sido fundamental para a ocorrência do evento;

II – a errada compreensão da norma sanitária, adotada como motivação, quando presente a incapacidade do agente e caráter ilicito do fato;

III – ter o infrator sofrido coação, a que não possa resistir, para a prática do ato;

IV – a irregularidade cometida ser pouco significativa;

V – ser o infrator primário.

Art. 141 – São circunstâncias Agravantes:

I – ter o infrator agido com dolo, fraude ou má fé;

II – ter o infrator cometido a infração para obter vantagens pecuniária decorrente do ato ou omissão que contraria o disposto na legislação sanitária;

III – tendo conhecimento de que o fato lesava a saúde pública, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada, tendentes a evitá-lo ou saná-lo;

IV – o infrator cogir meios para a ocorrência material da infração;

V – ter a infração-consequência culminar na saúde pública.

Art. 142 – Para efeitos desta Lei, ficará caracterizada a reincidência específica quando o infrator, após decisão definitiva na esfera administrativa do processo que lhe houver imposto a penalidade, cometer nova infração do mesmo tipo ou permanecer em infração continuada.

Parágrafo Único – A reincidência específica torna o infrator passível de enquadramento na penalidade máxima e a caracterização em gravíssima.

Art. 143 – Para a imposição da pena e a sua graduação, a autoridade sanitária levará em conta:

I – as circunstâncias atenuantes e agravantes;

II – a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde pública;

III – os antecedentes do infrator quanto as normas sanitárias.

Parágrafo Único – Sem prejuízo do disposto as normas neste artigo e no artigo 129, na aplicação da penalidade de multa a autoridade sanitária competente levará em consideração a capacidade econômica do infrator.

Art. 144 – Havendo concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a aplicação da pena será considerada em tudo das que sejam preponderantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 245 – Em conformidade com o disposto na Lei nº 4677 de 20 de agosto de 1997, as infrações sanitárias, com prejuízo das condições de natureza social ou pessoal cabíveis serão punidas alternativamente cumulativamente com penalidades de:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – apreensão do produto;
- IV – inutilização do produto;
- V – interdição do produto;
- VI – suspensão de vendas ou fabricação de produtos;
- VII – interdição parcial ou total do estabelecimento;
- VIII – proibição de propaganda;
- IX – cancelamento de autorização para funcionamento de empresa;
- X – cancelamento de alvará de funcionamento do estabelecimento.

Art. 246 – A pena de multa consiste no pagamento das seguintes quantias:

- I – Nas **INFRAÇÕES LEVES** - de 50 (cinquenta) a 100 (cem) vezes a Unidade Fiscal do Município;
- II – Nas **INFRAÇÕES GRAVES** - de 100 (cem) a 500 (quinhentos) vezes, a Unidade Fiscal do Município;
- III – Nas **INFRAÇÕES GRAVÍSSIMAS** - de 500 (quinhentos) a 2500 (dois mil) vezes, a Unidade Fiscal do Município.

Art. 247 – São infrações sanitárias entre outras:

I – Construir, instalar ou fazer funcionar laboratórios de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, cosméticos ou quaisquer estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalgens saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública, sem registro, licença e autorização dos órgãos sanitários competentes ou contrariando as normas legais pertinentes;

PECNA – advertência, interdição, cancelamento de autorização, de licença ou multa;

II – Construir, instalar ou fazer funcionar hospitais, postos ou casas de saúde, clínicas em geral, salas de repouso, serviços ou unidades de saúde, estabelecimentos ou organizações além que se dediquem à promoção, proteção e recuperação da saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes;

PECNA: advertência interdição, cancelamento de licença ou multa;

III – Instalar consultórios médicos, odontológicos, e de quaisquer atividades parasitárias, laboratório de análise e de pesquisas clínicas, bancos de sangue, de leite materno, de olhos, estabelecimentos de atividades afins, institutos de esterilização, genética, fisioterapia e de recuperação, balneários, estâncias balneomerciais, termas, clínicas de repouso e convalescença, gabinetes, ou serviços que utilizem aparelhos e equipamentos geradores de raios X, substâncias radioativas ou radiação ionizantes e outros, estabelecimentos, laboratórios clínicos e serviços de coleta, de aparelhos ou de materiais óticos, de prótese dentária, de aparelhos ou materiais para a auto odontologia, ou explorar atividades comerciais, industriais ou ocupações artesanais e similares relacionadas com a saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando nas demais normas legais e regulamentares pertinentes;

PECNA: advertência, interdição, cancelamento de licença ou multa;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

IV – enviar, produzir, fabricar, transportar, pagar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expor, transportar, comprar, vender, ceder, ou usar alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, corantes, embalagens sanitárias, plásticos e qualquer que interessar à saúde pública ou contrariando disposto na legislação sanitária pertinente

PENAL: advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento do registro, ou multa;

V – impedir ou dificultar a aplicação de medidas sanitárias relativas ao doente transmissível, e ao sacrifício de animais domésticos considerados perigosos pelas autoridades sanitárias

PENAL: advertência ou multa;

VI – obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades sanitárias competentes no exercício de suas funções;

PENAL: interdição, cancelamento de licença e autorização ou multa;

VII – agir contra em desacordo com prescrições médicas ou determinação expostas em lei e normas regulamentares;

PENAL: interdição, cancelamento de licença ou multa;

VIII – fornecer, vender ou prestar atos de comércio em relação a medicamentos, drogas e corantes, cuja venda e uso dependem da prescrição médica, em observância dessa exigência e contrariando as normas regulamentares;

PENAL: interdição, cancelamento de licença ou multa;

IX – criar e ou expor animais na região urbana da cidade;

PENAL: advertência, apreensão e multa;

X – criar, expor ou manter para qualquer fim na região urbana, mesmo nas sociedades, associações, sindicatos e clubes:

a) bovinos;

b) equinos;

c) caninos;

d) equinos;

e) suínos;

f) galinhas;

PENAL: advertência, apreensão ou multa;

XI – reaproveitar vasilharias de sanitários, seus componentes, e de outros produtos capazes de serem usados à saúde, no armazenamento de alimentos, bebidas, refrigerantes, produtos dietéticos, medicamentos, drogas, produtos de higiene cosméticos e perfumes;

PENAL: apreensão, inutilização interdição, cancelamento do registro ou multa;

XII – expor à venda ou entregar ao consumidor, produtos de insumos à saúde cujo prazo de validade tenha expirado, ou apresentar prazo de validade posterior ao prazo expirado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

PCNA: apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro, da licença e da autorização ou multa.

XIII – industrializar produtos de interesse sanitário sem a assistência de responsável técnico, legalmente habilitado;

PCNA: apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro ou multa.

XIV – descumprimento de normas legais e regulamentares, modais, formalidades e outras exigências sanitárias pelas empresas de transportes, seus agentes e consignatários, comandantes ou responsáveis diretos por embarcações, aeronaves, ferrovias, veículos terrestres, náuticos e marítimos;

PCNA: advertência, interdição ou multa.

XV – inobservância das exigências sanitárias relativas a imóveis pelos seus proprietários, ou por quem detenha legalmente a sua posse;

PCNA: advertência, interdição ou multa.

XVI – exercer profissões e ocupações relacionadas com a saúde sem a necessária habilitação legal;

PCNA: interdição ou multa.

XVII – cometer o exercício de atividades relacionadas com a promoção, proteção e recuperação da saúde a pessoas sem a necessária habilitação legal;

PCNA: interdição ou multa.

XVIII – fraudar, falsificar ou adulterar alimentos, inclusive bebidas, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, saneantes e quaisquer outros que interessem à saúde pública;

PCNA: apreensão, inutilização, e ou interdição do produto, suspensão de venda ou fabricação do produto, cancelamento de autorização do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento de alvará de funcionamento do estabelecimento e multa.

XIX – transgredir outras normas legais e regulamentares destinadas à proteção da saúde;

PCNA: advertência, apreensão, inutilização, ou interdição do produto, suspensão de venda e ou fabricação do produto, cancelamento de autorização do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento do alvará de licença do estabelecimento, proibição de propaganda ou multa.

XX – descumprir atos emanados das autoridades sanitárias competentes visando à publicação da legislação pertinente;

PCNA: advertência, apreensão, inutilização ou interdição do produto, suspensão de venda ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento de alvará de funcionamento, proibição de propaganda.

Parágrafo Único – Independente de licença para funcionamento os estabelecimentos da Administração Pública ou por ela instituídos, ficando sujeitos, porém, ao

Handwritten signature and date: 11/11



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

regulamenta os poderes de fiscalização, os equipamentos e as competências adequadas e as atribuições e responsabilidades decorrentes.

Art. 248 – O denunciante ou denunciante ao servidor competente, em razão de suas atribuições legais, sujeitando-se ao risco a possibilidade de multa.

Capítulo IV

Procedimentos Administrativos das Infrações de Natureza Sanitária e Auto de Infração

Art. 249 – As infrações sanitárias serão apuradas em processos administrativos próprios, iniciando com a lavratura do auto de infração, observados o rito e as prazos estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo Único – O auto de infração será analisado pelo superior imediato da autoridade autuante, seguindo-se a lavratura do auto de imposição de penalidade, se for o caso.

Art. 250 – O auto de infração será lavrado em 4 (quatro) dias, no mínimo, decorrendo-se a primeira do autuado e contados:

I – o nome da pessoa física ou denominação da entidade autuada, especificação de seu ramo de atividade e endereço;

II – o ato ou fato constitutivo da infração e o local, a hora e as datas respectivas;

III – a disposição legal ou regulamentar transgredida;

IV – indicação do dispositivo legal ou regulamentar sobre a possibilidade a que faz sujeitar o infrator;

V – o prazo de 15 dias, para defesa ou impugnação do auto de infração;

VI – nome e cargo legítimo da autoridade autuante e sua assinatura;

VII – a assinatura do autuado ou, na ausência de seu representante legal ou preposto, e em caso de morte, a consignação dessa circunstância pela autoridade autuante e assinatura de duas testemunhas, quando possível.

Parágrafo Único – Na impossibilidade de ser dado conhecimento diretamente ao interessado, este deverá ser identificado no auto de infração por meio de carta registrada ou por edital, publicado uma vez na imprensa oficial, considerando-se efetiva a notificação 5 (cinco) dias após a publicação.

Art. 251 – Os servidores ficam responsáveis pelas distorções que houverem nos autos de infração sendo passíveis de punição por falta grave, em casos de falsidades ou omissões dolosas.

Art. 252 – Quando, apesar da lavratura do auto de infração subscrito, ainda para o infrator, obrigação a cumprir será intimado a fazê-lo no prazo de 30 dias.

§ 1º – O prazo para cumprimento da obrigação subscrita poderá ser utilizado ou suspenso em caso excepcional por motivos de interesse público, mediante despacho fundamentado.

§ 2º – O não cumprimento da obrigação subscrita no prazo fixado, além de sua execução forçada acarretará após decisão irrevogável, a imposição de multa diária, arbitrada de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

acordo com os valores correspondentes a classificação da infração, sob o mais cumprimento da legislação, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação vigente.

Capítulo V

Termo de Infração

Art. 253 - O termo de infração será lavrado em 02 (duas) vias, no mínimo, destinando-se a primeira via ao intimado, e a outra:

I - a nome da pessoa física, ou denominação da entidade intimada, especificação do seu ramo de atividade e endereço;

II - número, série e data do auto de infração respectivo;

III - a disposição legal ou regulamentar infringida;

IV - a multa sancionatória prevista;

V - o prazo para a sua execução;

VI - nome e cargo legal da autoridade que expedir a infração e sua assinatura;

VII - a assinatura do intimado, ou de seu advogado, de seu representante legal ou preposto, e, em caso de recusa, a constatação dessa circunstância e assinatura de duas testemunhas, quando possível.

Parágrafo único - Na possibilidade de ser dado conhecimento diretamente ao interessado, da infração ou do despacho que reduza ao zero o prazo para sua execução, o intimado deverá ser comunicado por meio de carta registrada em publicação na imprensa oficial.

Capítulo VI

Auto de Imposição de Penalidade

Art. 254 - O auto de imposição de penalidade deverá ser lavrado pela autoridade competente, dentro de 05 dias, no máximo, a contar da lavratura do auto de infração, ou ainda da data de publicação do entendimento da defesa, quando houver.

§ 1º - Quando houver intimação, a penalidade só será imposta após o decurso do prazo concedido, e desde que não ocorrida a irregularidade.

§ 2º - Nos casos em que a infração exige as ações prontas da autoridade sancionadora para proteção da saúde pública, as penalidades de apreensão, de interdição e de inutilização poderão ser aplicadas de imediato, sem prejuízo de outras eventualmente cabíveis.

§ 3º - O auto de imposição de penalidade de apreensão ou interdição, ou inutilização, a que se refere o parágrafo anterior, deverá ser anexado ao auto de infração original, e quando se tratar de produtos deverá ser acompanhado do termo respectivo que especificará a sua natureza, quantidade e qualidade.

Art. 255 - O auto de imposição de penalidade será lavrado em 02 (duas) vias, no mínimo, destinando-se a primeira ao intimado.

§ 1º - Quando a penalidade imposta for apreensão, interdição ou inutilização de produtos, o auto deverá ser acompanhado do termo respectivo, que especificará a sua natureza, quantidade e qualidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

§ 2º - Na impossibilidade de efetivação da providência a que se refere este artigo, o acusado será notificado mediante carta registrada ou publicada na imprensa oficial.

Art. 154 - Transcorrido o prazo fixado no artigo 154, sem que tenha havido impositiva de recursos, ou pagamento da multa, o infrator será notificado para recolhê-la, no prazo de 10 (dez) dias, ao órgão arrecador competente, sob pena de cobrança judicial.

Parágrafo Único - Não recolhida a multa dentro do prazo fixado no artigo anterior, uma das vias do auto de imposição de penalidade de multa será encaminhada ao órgão competente para fins de cobrança judicial.

Art. 157 - As multas impostas sofrerão redução de 20 % (vinte por cento) caso o infrator efetue o pagamento dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data da ciência de sua aplicação, implicando na desistência tácita do recurso.

Art. 158 - O recolhimento das multas no órgão arrecador competente será feito mediante guia de recolhimento que poderá ser fornecida, registrada e provida pelos órgãos locais atuantes.

Capítulo VIII

Recursos

Art. 159 - O infrator poderá oferecer defesa ou impugnação do auto de infração no prazo de 15 (quinze) dias, contados da sua ciência.

Art. 160 - A defesa ou impugnação será julgada pelo superior imediato do servidor autuado, ouvido este preliminarmente, o qual terá o prazo de 10 (dez) dias no premissor a respeito, dependendo a sua atuação no auto de imposição de penalidade se for o caso.

Art. 161 - Da imposição de penalidade poderá o infrator recorrer à autoridade imediatamente superior, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência.

Art. 162 - Mantida a decisão condenatória, caberá recursos no prazo de 20 (vinte) dias ao:

I - Diretor da Divisão autuado, qualquer que seja a penalidade aplicada, e das decisões dele, ao:

a) Coordenador respectivo quando se tratar de penalidade prevista nos incisos II e IX do artigo 243, ou multa de valor correspondente ao previsto nos incisos II e III do artigo 246, e das decisões do Coordenador, ao:

b) Secretário Municipal de Saúde, em última instância e somente quando se tratar das penalidades previstas nos incisos VII, VIII e XI do artigo 246.

Art. 163 - Os recursos serão decididos depois da ouvida a autoridade recorrente, a qual poderá reconsiderar a decisão anterior.

Art. 164 - Os recursos só poderão ter efeito suspensivo nos casos de imposição de multa.

Art. 165 - O infrator tomará ciência das decisões das autoridades competentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

- I – Presencialmente, ou por seu procurador, a vista do processo;
- II – Mediante notificação, que poderá ser feita por carta registrada, ou através da imprensa Oficial, considerando-se efetiva 5 (cinco) dias após a publicação.

Capítulo VIII

Disposição Geral

Art. 266 – As infrações às disposições legais e regulamentares de ordem sanitária, prescrevem em 5 (cinco) anos.

§ 1º – A prescrição interrompe-se pela notificação ou auto de autoridade competente, que objetivem a sua apuração e a consequente imposição da pena.

§ 2º – Não ocorre a pena prescricional enquanto houver processo administrativo dependente de decisão.

Art. 267 – Os prazos mencionados na presente Lei correm ininterruptamente.

Art. 268 – Quando o autuado for analfabeto, ou fisicamente incapacitado, poderá o auto ser assinado a “a raso” na presença dos dois testemunhas, ou na falta destes, deverá ser feita a leitura textual pela autoridade autuante.

Art. 269 – Sempre que a ciência do interessado se fizer por meio da publicação na imprensa será certificado no processo, a página, a data e a denominação do jornal.

Art. 270 – Quando a infração ocorrer em livro ou em outro meio apreendido, poderá ser desconsiderada a circunstancialmente a falta, levando-se o termo do ocorrido ao próprio livro.

Art. 271 – Os órgãos da Autoridade Municipal de Saúde após decisão definitiva na esfera administrativa, terão publicar todos os penalidades aplicadas aos infratores da legislação sanitária.

Art. 272 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 002/98.

Chapadão do Sul – MS, 24 de novembro de 2005.

João Carlos Gonçalves
Prefeito Municipal